



Processo n.º05/17_UVP-FPC

ACÓRDÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC

A. Identificação e Instrução

Por determinação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) o Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 07/04/2017, contra o ciclista seu filiado xxxxxx, portador da licença n.º xxxxx tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática de duas infrações, previstas na alínea a) do n.º2 do art. 3.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto (Lei Antidopagem no Desporto), consubstanciadas na presença da substância proibida não específica «Trimetazidina» e na presença da substância proibida específica «Efedrina» no líquido orgânico (urina) recolhido ao arguido no final da prova 1.ª Taça de Portugal Sub 23, que teve lugar no dia 22/05/2016.

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

Estão presentes ambos os vogais do Conselho de Disciplina – estando ausente o Presidente, por não se encontrar no país – tendo-se verificado que o arguido está sujeito ao poder disciplinar da UVP-FPC, e que nesta data não decorreram mais de 120 dias desde a comunicação da violação da norma antidopagem (n.º 3 do art. 59.º da Lei n.º 38/2012), pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

B. Fundamentação

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade – quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.



6.

C. Decisão

Depois de analisado e discutido todo o processo, os membros deste Conselho decidem, por unanimidade, aplicar ao ciclista/filiado xxxxxx, em cúmulo jurídico, as seguintes sanções:

- i. Pena de dois anos de suspensão da atividade desportiva (em cúmulo jurídico, ao abrigo do disposto em 12.1.019 do Regulamento Geral e Técnico de Corridas da UVP-FPC, Título 12, por resultar provada a prática de duas infrações ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto, punidas ambas nos termos do artigo art. 61º nº 1 alínea b) da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- ii. Invalidação do resultado individual obtido na prova 1.ª Taça de Portugal de Sub23 (art. 74.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- iii. Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 22/05/2016 (art. 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto); e,
- iv. Sanção de multa fixada em €750,00 (art. 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC em vigor).

Acresce notar que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 69.º n.º2, o período de suspensão sempre deveria começar a contar-se desde a data em que o arguido foi suspenso preventivamente (isto é, desde o dia 07/04/2017). Não obstante neste caso, tal como requerido pelo arguido na resposta à nota de culpa, há ainda que considerar o atraso significativo ocorrido no procedimento de controlo – a amostra foi recolhida ao atleta em 22/05/2016 e o resultado da análise à amostra A só foi comunicado à FPC em 31/03/2017 – o que, no entender deste Conselho não pode deixar de ser relevado. Assim, ao abrigo do preceituado no artigo 69.º n.º3 da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto, o período de suspensão aplicado deve começar a contar-se desde a data da recolha da amostra, isto é, desde 22/05/2016. E, como tal, o arguido não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 21/05/2018.

Nestes termos fica prejudicada, por inutilidade, a análise do outro requerimento apresentado pelo arguido na resposta à nota de culpa – no qual solicitava que fosse considerado período de suspensão o tempo que esteve parado por lesão, entre o dia 28/05/2016 e o dia 31/12/2016.

Notifique-se ao arguido, juntando-se em anexo, como parte integrante da decisão, cópia do



Relatório Final de Instrução. E notifique-se igualmente à ADoP.

Lisboa, 25 de Julho de 2017

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

Recurso desta Decisão

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 dias, contados da notificação desta decisão (artigo 54.º, n.º 2, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto).